

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2956440420210120163804

Processo 0832486-61.2020.8.23.0010 ☆ - (29 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 4847 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

6 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 6

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 6	20/01/2021 16:38:04	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>6.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2778463CONTESTACAO01.pdf</div><div>Público</div></div>			
<div><div>6.2 Arquivo: DOCS</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2778463CONTESTACAOAnexo02.pdf</div><div>Público</div></div>			
<div><div>6.3 Arquivo: KIT SEGURADORA LIDER</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>KIT SEGURADORA LDER.pdf</div><div>Público</div></div>			
5	21/12/2020 17:20:56	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	SISTEMA CNJ
4	21/12/2020 17:20:56	RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ
3	21/12/2020 17:20:56	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR	SISTEMA CNJ
Registro de Distribuição			
2	21/12/2020 17:20:56	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO	SISTEMA CNJ
2ª Vara Cível			
<div>[+]</div> 1	21/12/2020 17:20:56	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	Thiago Amorim Dos Santos Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08324866120208230010

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE** representado por **MARINÊS SOARES SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/05/2016**, restando permanentemente inválida.

**Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 04/05/2016.**

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

#### **INÉRCIA DA PARTE AUTORA NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa **EM DATA PEDIDO ADMINISTRATIVO**.

Ocorre que a parte autora não entregou toda a documentação necessária, eis que deixou de apresentar **DOCUMENTO FALTANTE**.

Assim, na data de **DATA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS** a Seguradora enviou correspondência a parte autora a qual ficou-se inerte.

De acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona, vejamos:

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

§2º Os documentos referidos no **§1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. (gn)**

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo, porém, toda documentação que comprove o nexo causal entre o sinistro e o dano proveniente, na sua falta não há como a Seguradora realizar o pagamento do seguro perquirido.

Neste sentido deveria a parte autora cumprir com a exigência documental, antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Ocorre que parte não apresentou em seu requerimento administrativo documentos imprescindíveis a seu pedido, o que ensejou o cancelamento do pedido ante a caracterização da sua desídia.

Em se quedando ele inerte, restou de forma a restar patenteado seu desinteresse no prosseguimento do processo administrativo instaurado, apesar de cientificada para impulsionar

Cumpre salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios.** Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Caso não seja esse o entendimento do i. Magistrado, requer o sobrestamento do processo por 30 (trinta) dias para que a parte autora reabra o pedido administrativo entregando toda a documentação necessária para que possa haver a correta regulação administrativa.

#### **DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA**

#### **DA AUSÊNCIA DE DATA NA PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS**

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, viola a regra esculpida no art. 104 do CPC, tendo em vista a ausência de data na procuração acostada aos autos.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

---

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>4</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>5</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

---

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup> art.

## **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

## **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. SIVIRINO PAULI**, inscrito na **OAB/RR 451-A**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de janeiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### **TABELA DE GRADAÇÃO**

<b>Danos Corporais Previstos na Lei</b>	<b>Total (100%)</b>	<b>Intensa (75%)</b>	<b>Média (50%)</b>	<b>Leve (25%)</b>	<b>Residual (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08324866120208230010.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2017

Carta nº: 11054409

A/C: MARINES SOARES SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170285009 ASL-0192983/17

Vítima: MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE

Data Acidente: 02/05/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

**Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.**

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



---

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2017

Carta nº: 11061506

A/C: MARINES SOARES SANTANA

**Sinistro:** 3170285009 ASL-0192983/17  
**Vítima:** MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE  
**Data Acidente:** 02/05/2016  
**Natureza:** INVALIDEZ  
**Procurador:**

**Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

**Prezado(a) Senhor(a),**

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



Rio de Janeiro, 27 de Junho de 2017

Carta nº: 11206349

A/C: MARINES SOARES SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170285009 ASL-0192983/17

Vitima: MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE

Data Acidente: 02/05/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **23/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **02/05/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



---

Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **MARINES SOARES SANTANA**

Nº Sinistro: **3170285009**  
Vitima: **MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE**  
Data do Acidente: **02/05/2016**  
Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170285009**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12148072



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, MARINÊZ SOARES SANTANAPORTADOR(A) DO RG Nº 213.206 EXPEDIDO POR SSP-RR EM 30/10/98 ECPF 714448352-53 /CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO ProfessoraE RENDA MENSAL DE R\$ 930,00 ( \* ) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA M<sup>te</sup> Fernanda Soares Cavalcante, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISOVPAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

**IMPORTANTE:** Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 001 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 2617-4 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 16-111-X

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Brasília-RR, 02 de Maio

LOCAL E DATA

de 2017 MARINÊZ SOARES SANTANA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

**19 MAIO 2017****ATENÇÃO**

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela do seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0721204.

BANCO DO BRASIL S.A.  
30/04/2016 AUTO-ATENDIMENTO 07:22:05  
0783771588

EXTRATO CONTA CORRENTE PARA SIMPLES CONFERENCIA

AGENCIA: 2612-4 CONTA: 16.111-X  
CLIENTE: MARINES SOARES SANTANA

HISTORICO DOCUM VALOR

31/03/2016

Saldo Anterior

29/04/2016

Recebimento de Proventos 290014

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATômes F 320958

Cobr. parc. tarf. pend. ref a 31/03/2016

Tarifa Pacote de Serviços 462654

Tarifa pendente referente a 31/04/2016

S A L D O

Juros \*

Data de Debito de Juros 02/05/2016

IUF \*

Data de Debito de IUF 02/05/2016

(\*)Apurados de acordo com o somatório dos saldos  
devedores diários no mês anterior ao débito.

OBSERVAÇÕES: RS 1.205,00

Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informações.

19 MAIO 2017





<b>REGISTRO Nº 650/2016</b>		<b>Hora: 09:15</b>		<b>Data: 04/05/2016</b>	
<b>DADOS DA OCORRÊNCIA</b>					
Local do Fato: RR 101 (estrada de Uiramutã)				Bairro: Zona Rural	
Cidade: Uiramutã		Hora: 03:30		Data: 02/05/2016	
Natureza da Ocorrência: A TIPIFICAR					
<b>DADOS DO (A) COMUNICANTE/VÍTIMA</b>					
Nome: DONES ANTÔNIO BATISTA DOS SANTOS				Telefone: 99159-2001	
Endereço: Comunidade Indígena Encada, centro Pedra Branca - município de Uiramutã					
Pai: ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS					
Mãe: MARIA RAIMUNDA BATISTA DOS SANTOS					
CPF: 638.741.482-20		RG: 178.408 SSP/RR		Data de Nascimento: 25/08/1978	
Escolaridade: ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO				Naturalidade: MANAUS - AM	
Nacionalidade: BRASILEIRO		Sexo: M (X) F ( )		Idade: 37 anos	
Cor: PARDO					
<b>DADOS DO ACUSADO E/OU SUSPEITO</b>					
Nome/Apelido:				Telefone:	
Endereço:					
CPF:		RG:		Data de Nascimento:	
Escolaridade:				Naturalidade:	
Nacionalidade:		Sexo: M ( ) F ( )		Idade:	
Cor:					
<b>RELATO DO FATO</b>					
<p>Sr. Delegado, compareceu nesta Delegacia de Polícia o comunicante acima qualificado para relatar o seguinte fato: QUE na madrugada do dia 02/05/2016 trafegava pela rodovia estadual RR 101, sentido Boa Vista, em sua picape GM S-10 placas JWS-8716, ano 2001/01, quando no trecho distante cerca de 70 quilômetros da sede do município de Uiramutã, parte da estrada havia se rompido, sendo que nenhuma placa ou aviso informava a ruptura da via. Por este motivo, mesmo tendo freado bruscamente sua picape, o comunicante acabou caindo dentro da vala aberta, ocasionando danos materiais no veículo, bem como danos físicos no comunicante e nos cinco demais ocupantes. O caso mais grave foi a ocupante MARIA FERNANDA, de apenas 06 meses de vida, que fraturou o fêmur. Outro ocupante VALDINILSON SOARES CAVALCANTE sofreu danos na cartilagem do nariz e a senhora MARINÊZ SOARES SANTANA sofreu cortes na testa e nos lábios. Os demais ocupantes e o comunicante sofreram apenas escoriações aparentemente sem maior gravidade. O comunicante informa ainda que a ruptura havia ocorrido na madrugada de sábado, sendo que a prefeitura de Uiramutã já havia providenciado um desvio. Ocorre é que não foram colocadas placas informando da ruptura nem do desvio, e devido ao horário, na madrugada, não foi possível evitar o acidente. O comunicante apresentou fotos do fato para serem anexadas a este Boletim de Ocorrência. É o que tinha a comunicar.</p>					
 <b>MARCELO DIONÍSIO DO CARMO</b> Agente de Polícia Civil			 <b>DONES ANTÔNIO BATISTA DOS SANTOS</b> Comunicante		
DESPACHO DO DELEGADO:			<b>AUTENTICAÇÃO</b>		
<input type="checkbox"/> Fato Atípico. Arquive-se; <input type="checkbox"/> Encaminhe-se a(o) _____ <input type="checkbox"/> Intime-se as partes. Constatado o fato, lavre-se TCO - Art. _____ <input type="checkbox"/> Aguardar Representação da Vitima; <input type="checkbox"/> Ao S.O. para investigar e relatar em _____ dias			Esta cópia confere com o documento original que me foi apresentado em Cartório em 24/05/2016.		
Dr. Jimmy Santana de Carvalho Segundo Delegado Titular de Polícia Civil Rua Parima s/n Vila Velha - Pacaraíma/RR			 <b>SANA REGINA MORAES</b> ESCRITÓRIO DE POLÍCIA CIVIL		

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Declaração de Inexistência de IML



Eu, Maria FERNANDA SOARES CAVALCANTE, portador da carteira de identidade nº 213.006 e inscrito no CPF/MF sob o nº 714.448.152-53, residente e domiciliado na Rua Antonio F. de Souza, 676, São Bento, Cidade Bea Vista, Estado Roraima, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- (X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

ª MARINÊS SOARES SANTANA

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Bea Vista - RR 02/05/2017

Local e data

19 MAIO 2017

**Eletrobras**  
Distribuição Roraima

Empresas Distribuidoras RioGrande  
Av. Carvalho Lima Gomes, 691 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ 02.347.426/0001-64 | Insc. Estadual 24.007.022-9  
Nº de Roraima / Cota de Emissão Eletrônica - Série B-1  
Registre-se para a emissão de notas fiscais eletrônicas pelo SEFAZ RR.

ಪಿಂಚು ಹಂಚಿಕೆಯಾದಾಗ  
ವಿಚಾರಣೆ, ನಿರ್ಣಯ  
ಮಾಡು ತಿಳಿಸಬೇಕು

SEU CÓDIGO

108925-

NP de Nola Place 000087892

A Vereda Santa do Espírito do Carmo - 12228 Fm. União  
Cidade: Laila nº 00.453 de 26 de abril de 2002.

CONTAS	VENCIMENTO	CONSUMO (LITROS)	TOTAL A PAGAR (R\$)
FEVEREIRO/2016	11/03/2016	113	\$7,40

ILDIR INACIO DE SOUZA  
R. ANTONIO P GALVAD 1832 2 BURITIS  
CPF: 00038305151204  
CEP: 59.309-209 - BOA VISTA

ROT: 5.001.12.04.021718

DADOS GERAIS		DADOS DA LEITURA	
Atuante	19597	Atuante	23/02/2016
Anterior	19484	Anterior	25/01/2016
Constante de Normalização	1,000	Próxima Leitura	23/03/2016
Consumo Médio	113	Exatidão	23/02/2016
Consumo Estimado	113	Aproximação	23/02/2016

FORTRAN 95: **NORMAL**

Đã có 29

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Categoria	Ligação	Medidor	Posto	Endereço	Medida de energia
RESIDENCIAL	81	2285908	N 1519443	1.1.1.2	273

Historico 4/16	
Mes/ano consumo	
JAN/16	212
DEZ/15	181
NOV/15	147
OUT/15	337
SET/15	215
AGO/15	154
JUL/15	259
JUN/15	358
MAI/15	373
ABR/15	426

TARIFA DE ENVIOS:  
B A 113 - 2.220

DESCRIÇÃO DA CONTA		
CONSUMO	113 A R\$ 0,361189 =	40,81
DEVOLUCAO RES. 395/89 01/15-		3,16-
ILUMINACAO PUBLICA		19,77

**MENSAGENS IMPORTANTES / RELVOS DE SEGURANCA**

Mês/Ano 02/2016	Valor R\$ 95,86	Unidade creditada sujeito a suspensão, na ocorrência de averbação negativa a partir de 02/03/2016. O não pagamento do valor devido resulta a inclusão do nome do devedor no SPC/SP. Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.
--------------------	--------------------	---

EM CASO DE SINTOMAS DA DENGUE, CHIKUNGUNYA OU ZIKA, DIRIJA-SE AO  
SUS / / / / CASO HAJA COBRANCA DE SERVICOS DE TERCEIROS EM SUA FA-  
URA (NÃO) PODERÁ SER CANCELADA EM NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO.  
LIGUE 08007015120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 21 16 21 26

RESERVADO AO FISCAL A5CA. J57F. 49A6. 1E14. 4939. 8410. 7AE9. CB98

COMPOSIÇÃO CONTRA - R\$		IMPOSTOS/PERIÚROS - R\$	
Despesas:	15,06	Reto de Cálculo:	40,81
Energia:	15,51	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	0,00	Valor do ICMS:	6,95
Encargos:	2,19	Valor do PIS:	0,17
Tributação:	0,05	Valor do CONTRIB:	0,95

#### INDICADORES DE CONTINUIDADE

	1970		1971		1972		1973	
	March	November	March	November	March	November	March	November
United States	5.91	11.83	23.64	4.59	9.18	18.37	3.46	
Canada	3.27		1.00				3.27	

Conforto **FLORESTA**

Profundidade de depuração: 12/2015 taxa: 20,81

ROT: 5.001.12.04.021718



**Eletrobras**  
Distribuição Roraima

Electrônica Eletrônica Robótica  
Av. Cipriano Finé Garcia, 591 - Centro - Foz de Iguaçu - PR  
CNPJ: 02.347.478/0001-46 | Fone: (51) 3099.0323-3

செய் முயற்சியை

108915-3

**MES FATURADO**

02/2016

TOTAL A #ACAB - R5

57.46

VENCIMENTO

11/03/2016

Nº da Nota Fiscal: 929052893 FCM

8361000000 6 57400075000 4 00000000100 1 01520716000 0

19 May 2017

**Comprobante de residencia**



## DECLARAÇÃO

## Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Gláucio Inácio de Souza, portador(a) do

RG nº 414.807, expedido por SSP-RR, em

14/01/15, CPF/CNPJ nº 323.051.512-04

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário(a) Maximês

Seares Santana do sinistro de DPVAT da natureza Invalidez

da vítima M<sup>te</sup> Fernanda Seares Cavalcante, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Autônomo Renda Mensal: R\$ 2.000,00

Documentos comprobatórios: CNH

ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO

19 MAIO 2017



## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Dones Antonio Batista dos Santos  
 RG nº 178.408, data de expedição 1/1/1  
 Órgão SSP-RR, portador do CPF nº 638.741.482-20, com  
 domicílio na cidade de Turamuta, no Estado de  
Roraima, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Comunidade  
Indígena Enseada, centro, Pedra Branca, nº         
 Bairro:       , declaro, sob as penas da Lei, que o  
 veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente  
 ocorrido com a vítima Maria Fernanda Soares Cavalcante,  
 cujo o condutor era Dones Antônio Batista dos Santos.

Veículo: Caminhão

Modelo: GM - S10

Ano: 2001/2001

Placa: 3WS-8716

Chassi:

Data do Acidente: 02/05/2016

Local e Data: Boa Vista/RR, 25/04/17

Dones Antonio Batista dos Santos

Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

**DANIEL AQUINO**

Cartório do 3º Ofício de Boa Vista  
 Daniel Aquino - Tabelião e Registrador  
 Av. Anilde Teófilo, 4807 - Assa Branca - Boa Vista/RR  
 Fone: (93) 8027-4180  
 daniel@boa Vista@cartorioaquino.com.br

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s)

(USINHO) - DONES ANTONIO BATISTA DOS SANTOS

Do que dou fé. Boa Vista, 25 de Abril de 2017.

Daniel Antonio de Aquino Neto - Tabelião

Camila Retoz - Escrevente Autorizada

BPDO. Em testemunho da verdade.

Emolumentos: R\$ 4,00 - Fundos/SS: 11003

19 MAIO 2017



Classificação de Risco <b>Emergência</b>		BE-Boletim de Entrada 46400	Data e Hora de Entrada 02/05/2016 11:11:25	
Prontuário 277283	Cartão SUS:	Data Nascimento 17/03/2016	Idade 0 anos e 1 meses	
Nome MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE			Telefone	
Mãe MARINÊS SOARES ANTANA		Responsável MAE		
Endereço	Bairro COMUNIDADE CONSTANTINO		Cidade Normandia	

DATA 02/05/2016  
ASSINATURA

Altura	Peso 0.00	Frequência	Pulso 0	Temperatura 0.00	PA
--------	--------------	------------	------------	---------------------	----

Queixa Relatada na Entrada  
ACIDENTE

Breve Histórico/Observações/Dados Clínicos:

Paciente sofreu acidente automobilístico às 5h da manhã. É vítima no ceto da via e ambos sem cinto. Não feriu cabeça, membros, membros. Apresenta irritabilidade e choro intenso ao manipulação M.I.D.

EP - REG<sup>+</sup> irritabilidade, pulso<sup>+</sup> nos 4 membros, abdome flácido, inchado. Fontanela normotensa 3x3cm, sem tumefações aparentes. Otoscopia e torax normal. TCC 2 seg. Membros perfundíveis. RX = MFE sem RA / ACV = FCR 21 ONF S/Scomor / MMJ.I - Dor ao manipulação M.I.D. Não movimentar este membro.

Prescrição:

1. SFD, 4 x 60ml (EV) 11:15
2. Dexametasona 0,1ml (EV) 11:15
3. Dexametasona 1,5mg (EV) 11:30
4. Aceno venoso
5. Casosim alivada
6. EXAME 1 + RX

João Paulo R. V. Godinho  
Médico  
CRM-RR 1841

Leuco = 11.2  
N = 60,5%  
L = 32,1%  
Mon = 5,9%  
Hb = 9.8  
HT = 28,4%  
Pla 511000  
P/R 0,4

Documentação médica - hospitalar

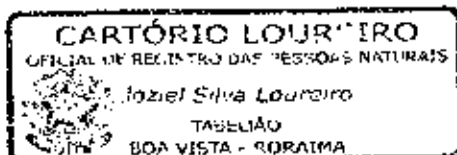


Assinatura ou Carimbo de Médico



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E DE PESSOAS JURÍDICAS, PROTESTOS DE TÍTULOS  
TABELIÃO - Bel. JOZIEL SILVA LOUREIRO  
AV. VILLE ROY, 5623- E - CENTRO - CEP 69.301 - 000  
TEL: (95) 3224-3327 - FAX: (95) 3623-1145 - CNPJ: 24.383.786/0001-31  
E-mail: tabdeus1@hotmail.com  
BOA VISTA - RORAIMA



## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

**MARIA FERNANDA SOARES CAVALCANTE**

MATRÍCULA

**096578 01 55 2016 1 00442 274 0182177 23**

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO):

**DEZESETE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS**

DIA

**17**

MÊS

**03**

ANO

**2016**

HORA MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DE FEDERAÇÃO

**10:20**

**Boa Vista - RR**

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DE FEDERAÇÃO LOCAL DE NASCIMENTO

**Boa Vista / RR**

**em domicílio, na Rua Antonio Ferrolira, nº676,**

SEXO

**feminino**

FILIAÇÃO

**VADILSON PEREIRA CAVALCANTE e MARINÊS SOARES SANTANA.**

AVÓS

**PATERNOS: PAULO CAVALCANTE e NEUZA MARIA PEREIRA ; MATERNOS: IGNORADO e LINA SOARES SANTANA**

GÊMEO(S)

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

**NÃO**

DATA DO REGISTRO DE NASCIMENTO (POR EXTENSO):

**VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS**

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

**30-71411964-6**

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

declarante o pai.

Nome do Ofício:

**Cartório Loureiro**

Oficial Registrador: **Joziel Silva Loureiro**

Município: **Boa Vista / RR**

End.: **Av. Ville Roy, 5623-E**

Cep: **69301-000** Fone: **95-36243050**

email:

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
Boa Vista / RR 28 de março de 2016

**Nádia Socorro Pinho Oliveira**  
Escrevente Autorizada

Documentos de Identificação



Documentos de identificação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE RORAIMA

MARINES SOARES SANTANA

CARTeira DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
DEPAI 213.206  
NOME MARINES SOARES SANTANA  
DATA DE EXPEDICÃO 30.10.1980  
FILIAÇÃO Lina Soares Santana  
LOCALIDADE Normandia-RR  
DATA DE NASCIMENTO 22.09.1980  
CN 4.105 F-252 L.A-07 Boa Vista-RR  
DOC. ORDEM  
Cidomir Carvalho Brito  
Delegado de Polícia de Boa Vista-RR

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 714448-152-53

Nome MARINES SOARES SANTANA

Nascimento 22/09/1980

19 MAIO 2017





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CADEIRA NACIONAL DE HABITACAO

NOME: **JOSE TRACIO DE SOUZA**

DOC. IDENTIFIC. ORG. EMISSOR: **114507 SSP RJ**

CPF: **334.051.512-00** DATA DE NASCIMENTO: **07/04/1978**

PROFISSÃO: **JOSE SOUZA DE ASSUNCAO**

ENDEREÇO: **JOSE TRACIO DE OLIVEIRA**

PROFISSÃO: **PROFISSIONAL** SEXO: **M** ESTADO CIVIL: **LIB**

DATA DE EMISSÃO: **20/01/2020** VALIDADE: **15/12/1999**

VALOR EM TUDO: **980151096**

PROBEMO PLASTIFICAM: **980151096**

LOCAL: **BOA VISTA - PIRAZINHA**

DATA DE EMISSÃO: **30/01/2015**

NUMERO DE IDENTIFICACAO: **02486240616**

NUMERO DE IDENTIFICACAO: **02407968020**

# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170285009 **Cidade:** Pacaraima **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** MARIA FERNANDA SOARES **Data do acidente:** 02/05/2016 **Seguradora:** COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.  
CAVALCANTE

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 27/06/2017

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** TRAUMA DE PERNA DIREITA

**Resultados terapêuticos:** A ESCLARECER

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Não definido

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:** RELATÓRIO DE INTERNAÇÃO, BOLETIM CIRÚRGICO E TRATAMENTO QUANTIFICANDO A SEQUELA

**Observações:**

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

## PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

**Nome do médico:** REGINALDO WANIS

**CRM do médico:** 52.43685-6

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**





## PROCURAÇÃO

## OUTORGANTE

NOME:	Marinês Soares Santana
NACIONALIDADE:	Brasileira
PROFISSÃO:	Professora
IDENTIDADE:	213.206 SSP-RR
ENDEREÇO:	Rua: Antonio Ferreira de Souza, nº 676

## OUTORGADO

NOME:	Flavio Inácio de Souza
NACIONALIDADE:	Brasileira
PROFISSÃO:	Autônomo
IDENTIDADE:	114.807 SSP-RR
ENDEREÇO:	Rua: Antonio P. Galvão, nº 1832, Curitiba

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Boa Vista - RR, 17/02/17

LOCAL E DATA



MARINÊS SOARES SANTANA

ASSINATURA DO OUTORGANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)

**DANIEL AQUINO**

Cartório do 2º Ofício de Boa Vista  
Daniel Aquino - Tabelião e Registrador  
Av. Atitude Three, 4307 - Boa Vista - RR  
Fone: (067) 3627-1186

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s)

(13034411) - MARINÊS SOARES SANTANA

Do que dou fé, Boa Vista, 17 de Fevereiro de 2017  
— Daniel Antonio de Aquino Neto, Tabelião  
— Lúcio Ricardo Queiroz Paes, Tabelião Substituto,  
MBN. Em testemunha da verdade.  
Emolumentos: R\$ 1,55. Sem(5) PIS/COFINS

Manikoa Mota Diniz  
Escritor Autorizada

19 MAIO 2017